



TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

MANHÃ

ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE: GOVERNANÇA E GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

PROVA OBJETIVA E PROVA DISCURSIVA – NÍVEL SUPERIOR

TIPO 1 – BRANCA



SUA PROVA

Além deste caderno de provas contendo oitenta questões objetivas e uma questão discursiva, você receberá do fiscal de sala:

- uma folha de respostas para a marcação das alternativas das questões objetivas
- um caderno de textos definitivos para a transcrição da resposta da questão discursiva



TEMPO

- **5 horas** é o período disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação das alternativas na folha de respostas da prova objetiva e para a transcrição da resposta da questão discursiva para o caderno de textos definitivos
- **2 horas** após o início da prova, é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de provas
- **30 minutos** antes do término do período de prova, é possível retirar-se da sala **levando o caderno de provas**



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja este caderno de provas
- Assinar ou rubricar o caderno de textos definitivos nem fazer qualquer marca que identifique o candidato, sob pena de anulação e automática eliminação do concurso



INFORMAÇÕES GERAIS

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta
- Verifique se este caderno de provas está completo e sem falhas de impressão. Caso contrário, **notifique imediatamente o fiscal da sala**, para que sejam tomadas as devidas providências
- Na folha de respostas das questões objetivas e no caderno de textos definitivos da questão discursiva, confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade, e leia atentamente as instruções para preenchimento
- **Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul**
- Assine seu nome apenas nos espaços reservados na folha para a marcação das respostas das questões objetivas e no caderno de textos definitivos para a transcrição da resposta da questão discursiva
- Confira o cargo, a cor e o tipo do seu caderno de provas. Caso tenha recebido caderno de provas com cargo, cor ou tipo diferente do impresso em sua folha para a marcação das respostas das questões objetivas e/ou em seu caderno de textos definitivos para a transcrição da resposta da questão discursiva, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala
- O preenchimento das respostas da prova objetiva e da prova discursiva é de sua responsabilidade, e, em caso de erro, não será permitida a substituição da folha de respostas e/ou do caderno de textos definitivos
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas e as transcrições no caderno de textos definitivos
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas

Boa sorte!

Língua Portuguesa

1

A opção abaixo que mostra uma narrativa de sequência linear, sem interrupções, é:

- (A) “Dvorak arrastou-se até o alto do morro e olhou a paisagem abaixo – lembrou-se da terra de onde saíra e sentiu saudades. Viu um conjunto de grandes árvores e um monte de pedras”;
- (B) “As águas invadiram o centro da cidade e trouxe preocupações aos moradores que procuraram proteger suas casas. Como já tinham passado por isso em anos passados, procuraram repetir as ações que tinham dado certo. Trancaram as portas com trancas pregadas nas soleiras das portas e nos batentes das janelas, colocaram os animais em lugares mais altos...”;
- (C) “Os charreteiros abriram o desfile, com seus belos cavalos. Em seguida, conforme o hábito da região, estabelecido pelos primeiros habitantes alemães, fundadores da cidade, vieram as mulheres com seus trajes tradicionais e, por fim, os incontáveis grupos profissionais com suas roupas características”;
- (D) “Os primeiros banhistas descobriram o corpo na areia e um deles chamou a polícia, que veio logo a seguir. Examinaram o corpo, mas ninguém foi capaz de identificar a vítima do assassinato”;
- (E) “O freguês habitual do bar se sentou numa cadeira do balcão, pediu um drink e começou a reclamar dos preços do estabelecimento. Esse, aliás, é um hábito muito comum entre clientes habituais, o de reclamar de preços que sempre pagaram. O garçom explicou o que pôde e passou a fazer outra coisa”.

2

A frase abaixo, retirada do romance A Condessa Vésper, de Aluísio Azevedo, em que houve troca indevida entre as expressões “ao encontro de” e “de encontro a” é:

- (A) Depois foi à janela respirar um pouco de ar, e viu na rua, encostado ao lampião, o homem que falara com Violante. Desceu sem ruído ao encontro dele.
- (B) Apeou-se defronte da casa do Jorge. Um velho de longas barbas estava assentado ao limiar da porta, saiu-lhe ao encontro e perguntou com ar triste: — O senhor naturalmente é o Dr. Gabriel?
- (C) Os homens, que V. S. tem defronte de si e que o guardam à vista, são de confiança e estão pagos para não o deixarem fugir; escusa, por conseguinte, tentar qualquer meio que for de encontro ao que determinei.
- (D) Enquanto sucedia ao pobre Gabriel o que acabamos de ver, Melo Rosa tomava um carro de praça e mandava tocar à toda para Laranjeiras, correndo ao encontro de Ambrosina, que devia estar à sua espera...
- (E) Esperava, por outro lado, que as suas recentes decisões não fossem ao encontro do que pretendia, o que lhe traria imensa decepção.

3

A frase abaixo que apresenta um exemplo de má argumentação, apoiado numa generalização excessiva, é:

- (A) Esse homem, acusado de furto no supermercado, é pai de cinco filhos e funcionário público da Prefeitura.
- (B) A turma visitou a fábrica de sorvetes e Marta voltou gripada, o que mostra irresponsabilidade dos diretores.
- (C) Se todos os empregados chegassem na hora, a produção da fábrica seria mais alta e de preço mais baixo.
- (D) Como alguns livros ensinam a viver, nada mais justo que ler mais.
- (E) Os cariocas não gostam de trabalhar: basta ver a praias cheias de gente em dias úteis.

4

Todo texto bem estruturado mostra um tema e progressão; a opção em que o progresso do texto é feito por frases que mostram o mesmo tema é:

- (A) Automedicar-se é um problema, pois a automedicação, bem passível de erros, pode causar prejuízos à saúde, além de gerar despesas inúteis em alguns casos.
- (B) Os turistas trazem benefícios econômicos a um local, mas nem sempre são bem-vindos, pois o país que os recebe pode não estar preparado para um fluxo intenso, necessitando mais investimentos na infraestrutura.
- (C) As livrarias estão desaparecendo, pois a leitura não está sendo incentivada nas escolas e os donos de lojas comerciais não querem sofrer prejuízos.
- (D) Os dicionários são livros bastante úteis, assim como os romances históricos, que simultaneamente nos educam e nos trazem conhecimentos.
- (E) Os carros importados são melhores que os nacionais; a importação de carros melhorou a nossa indústria automobilística.

5

Nas frases abaixo há abreviaturas de vários símbolos; a forma abreviada que está corretamente empregada é:

- (A) Cheguei à estação às 15hs;
- (B) Percorri 25 km em meia hora;
- (C) Eram 2h:15mins. quando o avião pousou;
- (D) A régua tinha 30cms e era maior que as outras;
- (E) A viagem durou cerca de 2h em função do acidente.

6

As inferências são fruto do conhecimento de mundo do leitor, que deve reconhecer as ligações semânticas não explicitadas.

A única frase abaixo que NÃO se enquadra entre inferências é:

- (A) “O carro entrou bastante devagar no estacionamento, com os pneus traseiros arriados”;
- (B) “O Novo Testamento é de leitura mais fácil que o Velho Testamento; os evangelhos são úteis para nossa vida”;
- (C) “Os turistas compraram uma casa na cidade visitada; os quartos davam vista para a montanha”;
- (D) “As garrafas de vinho foram colocadas deitadas no armário, com os rótulos para cima”;
- (E) “O médico pegou o formulário de cima da mesa e escreveu o endereço para o cliente”.

7

“A melhor defesa contra a bomba atômica é não estar lá quando ela explodir”.

O problema de construção dessa frase está:

- (A) no emprego de “lá” sem antecedente;
- (B) na utilização do pronome “ela” para substituir “bomba”;
- (C) na falta de vírgula antes da última oração;
- (D) no mau uso de “melhor” para adjetivar “defesa”;
- (E) na incoerência interna entre segmentos.

8

Dentre as frases abaixo, a única que NÃO mostra valor humorístico, irônico ou crítico é:

- (A) O paisagista pinta tranquilo porque a paisagem defronte não se pode aproximar do quadro para ver se está parecida;
- (B) Alguns homens de criação são vulcões extintos;
- (C) Professores e pais existem para serem suplantados;
- (D) Aquele que costuma dar palpites sobre nossos jardins jamais cuida de suas plantas;
- (E) Errar é humano. Culpar o computador é ainda mais humano.

9

Leia a frase abaixo com atenção:

“As árvores genealógicas são a única espécie arbórea que teria razões para ocultar suas raízes”.

A afirmativa correta sobre o significado ou estruturação da frase acima é:

- (A) a frase não pode ser entendida por faltar lógica aos termos, já que uma árvore genealógica não é uma espécie arbórea;
- (B) a finalidade da frase é criticar as pessoas demasiadamente preocupadas com sua origem familiar, nem sempre digna de ser valorizada;
- (C) o referido ocultamento das raízes revela a necessidade de discrição sobre assuntos familiares;
- (D) a frase foi estruturada na base de uma comparação entre uma árvore genealógica e uma árvore natural;
- (E) a forma verbal “teria” indica uma certeza na afirmação.

10

Todos os textos abaixo mostram argumentos em defesa de uma tese.

O argumento utilizado está corretamente identificado em:

- (A) Como já sabe a grande maioria da população, o poder público não está resolvendo o problema de saúde do povo / argumento de autoridade;
- (B) A Prefeitura distribuiu lixeiras pela cidade para que melhore a limpeza urbana / argumento estatístico;
- (C) Alguns empresários estão evitando investimentos na Argentina em função da inflação alta / argumento apoiado em um estereótipo;
- (D) Todos os empregados da empresa receberão assistência de saúde para que tenham melhor rendimento, diz o atual diretor / argumento apoiado em opinião pessoal;
- (E) Os prefeitos de pequenas cidades devem imitar os das grandes cidades, pois os problemas são os mesmos / argumento apoiado numa relação defeituosa de causa-efeito.

11

A frase abaixo em que está correto o emprego do pronome demonstrativo sublinhado é:

- (A) Somos seres muito primitivos, operando a 0,001% da potência espiritual que somos capazes de operar nessa vida;
- (B) O meu cão não fala e é graças a isso que eu o compreendo;
- (C) A verdade é essa: todos devemos trabalhar;
- (D) João e Maria vieram: este de táxi e aquele de ônibus;
- (E) Na Idade Média todos eram bons cristãos; nesta época, a Igreja era muito poderosa.

12

A frase abaixo em que está mais bem empregada a palavra “maior” é:

- (A) Os espíritos mais elevados são capazes dos maiores pecados;
- (B) A roda mais deteriorada do carro é a que faz maior barulho;
- (C) Dirijam-se à secretaria para maiores informações;
- (D) O Corcovado é maior que o Pão de Açúcar;
- (E) Está o maior frio nesta época do ano.

13

Ao final de uma exposição sobre medicamentos, o conferencista declara: “O melhor de todos os analgésicos é, sem dúvida, o NANDORE, pois foi o único a acabar com a minha dor”.

Sobre a argumentação desse segmento, é correto afirmar que os argumentos apresentados:

- (A) se fundamentam em bases científicas;
- (B) são sólidos, já que fundamentados em vivências pessoais;
- (C) procuram universalizar uma experiência individual;
- (D) se apoiam em dados estatísticos;
- (E) carecem de ética.

14

A frase publicitária abaixo que se apoia na sedução para o convencimento de leitor é:

- (A) As roupas da loja X tornam você mais elegante!
- (B) O CRAUV é o carro do futuro em tecnologia!
- (C) O cachorro é o melhor amigo do homem: adote um!
- (D) Acredite em Deus; compre o livro do pastor X.
- (E) Persiga a riqueza: invista no Fundo de Investimentos ZUL!

15

Todas as frases abaixo mostram comparações introduzidas por “como”; a única opção em que a comparação NÃO está explicada é:

- (A) Se as pessoas agissem como as nações, seriam todas colocadas em camisa de força;
- (B) Os reis são com seus ministros como os maridos traídos com suas mulheres: nunca sabem o que se passa;
- (C) A vontade de um povo é como um relâmpago que dura um segundo;
- (D) Ser presidente é como administrar um cemitério: há um monte de gente embaixo de você, mas ninguém escuta;
- (E) Países são como frutas – os vermes estão dentro.

Raciocínio Lógico e Matemático

16

Sabe-se que a sentença “Se a calça é verde e a camisa é rosa, então o sapato é branco ou o cinto é marrom” é FALSA.

É correto concluir que:

- (A) a camisa não é rosa ou o cinto é marrom;
- (B) a calça é verde e o sapato é branco;
- (C) se o sapato não é branco, então a camisa não é rosa;
- (D) se o cinto não é marrom, então o sapato é branco;
- (E) se a calça não é verde, então o cinto é marrom.

17

Sérgio comprou um celular por R\$ 3.000,00 e pagou em duas parcelas iguais de R\$ 1.650,00 cada uma, sendo a primeira no ato da compra e a segunda um mês depois.

A taxa de juros mensal cobrada pela loja foi de, aproximadamente:

- (A) 8%;
- (B) 10%;
- (C) 17%;
- (D) 22%;
- (E) 25%.

18

Em um acampamento militar, o cozinheiro sabe que 50 soldados consomem 20 kg de feijão em 5 dias.

A quantidade de feijão que 60 soldados consumirão em 15 dias é de:

- (A) 60 kg;
- (B) 64 kg;
- (C) 72 kg;
- (D) 80 kg;
- (E) 96 kg.

19

Para uma sessão de cinema, a primeira fila tem seis poltronas livres em sequência. Um casal e seus três filhos ocuparão cinco desses lugares. O casal ficará em lugares vizinhos e, naturalmente, uma poltrona ficará vazia.

O número de maneiras diferentes como essa família poderá ocupar as poltronas disponíveis é:

- (A) 60;
- (B) 120;
- (C) 180;
- (D) 240;
- (E) 360.

20

No plano cartesiano, o quadrilátero convexo ABCD tem vértices A(0, 1), B(4, 8), C(9, 6), D(9, 1).

A área do quadrilátero ABCD é:

- (A) 36;
- (B) 38;
- (C) 40;
- (D) 42;
- (E) 44.

Noções de Sustentabilidade

21

A Constituição Federal, em seu Art. 225, impõe ao Poder Público e à coletividade o dever de defender o meio ambiente ecologicamente equilibrado e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. Buscando a adoção de políticas públicas de âmbito nacional, em prol da melhoria da prestação jurisdicional e do efetivo cumprimento da Carta Constitucional por parte dos administradores da Justiça, foi editada pelo CNJ a Resolução nº 400/2021, que dispõe sobre a política de sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário.

De acordo com o referido ato normativo, é correto afirmar que:

- (A) os indicadores de desempenho do Plano de Logística Sustentável serão uniformes para todos os órgãos do Poder Judiciário, sendo vedada a inclusão de novos temas pelos órgãos do Poder Judiciário;
- (B) a unidade de sustentabilidade dos órgãos do Poder Judiciário deve fomentar ações que estimulem o uso sustentável de recursos naturais e bens públicos, a promoção das contratações sustentáveis e a promoção da equidade e da diversidade;
- (C) a adequada gestão dos resíduos gerados deve priorizar a disposição final dos resíduos segregados pelos órgãos do Poder Judiciário em aterros sanitários;
- (D) é vedada a adoção das compras compartilhadas com outros órgãos, a fim de garantir a rastreabilidade e a origem dos insumos adquiridos, que devem ser apuradas nos indicadores do Plano de Logística Sustentável;
- (E) a unidade de sustentabilidade deve ser criada pelos órgãos do Poder Judiciário por tempo determinado, pelo prazo necessário à elaboração do Plano de Logística Sustentável.

22

A gestão adequada dos resíduos sólidos é um desafio cada vez mais urgente e essencial para a preservação do meio ambiente e a sustentabilidade do planeta. A inadequada gestão de resíduos compromete não apenas o meio ambiente, mas a qualidade de vida da população e o desenvolvimento sustentável. Nesse contexto, a implementação de Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos é imprescindível para a adequada gestão dos resíduos.

Sobre esses planos, é correto afirmar que:

- (A) devem prever expressamente a periodicidade de sua revisão, observado o período máximo de 30 anos;
- (B) é facultada a previsão de sistema de cálculo dos custos da prestação dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, bem como a forma de cobrança desses serviços;
- (C) devem contemplar ações específicas a serem desenvolvidas no âmbito dos órgãos da Administração Pública, com vistas à utilização racional dos recursos ambientais, ao combate a todas as formas de desperdício e à minimização da geração de resíduos;
- (D) não é obrigatória sua elaboração para que os municípios tenham acesso a recursos financeiros e incentivos governamentais relacionados à limpeza urbana e ao manejo de resíduos sólidos, embora seja recomendada;
- (E) devem prever as zonas favoráveis e desfavoráveis para a localização de unidades de tratamento de resíduos sólidos ou de disposição final de rejeitos.

23

À medida que a população cresce em larga escala, a produção industrial experimenta elevado incremento para acompanhar a nova demanda. Como resultado, temos uma crescente geração de resíduos. Nesse contexto, o gerenciamento de resíduos se mostra imprescindível para permitir o melhor aproveitamento das matérias-primas e a redução das agressões ao meio ambiente. Assim, em busca do desenvolvimento sustentável e a fim de propiciar padrões dignos de vida a esta e às futuras gerações, a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) estabeleceu uma ordem de prioridade das ações que devem ser encaminhadas na gestão e no gerenciamento dos resíduos sólidos.

A alternativa que contém práticas organizadas segundo a ordem de prioridade definida na PNRS é:

- (A) reciclagem, comprar roupas em brechó, destinar resíduos ao aterro sanitário;
- (B) recuperação energética de resíduos, reaproveitamento da matéria prima em outras cadeias produtivas, reduzir impressões em papel;
- (C) embalagem retornável, reciclagem, destinar resíduos ao aterro sanitário;
- (D) recuperação energética, reciclagem, utilizar copos de vidro no lugar de descartáveis;
- (E) reciclagem, destinação a aterro, recuperação energética de resíduos.

24

Determinado ente da federação, no âmbito de suas competências, resolve conceder incentivo fiscal a indústrias e entidades dedicadas à reciclagem de resíduos produzidos no território nacional, conforme autorizado pelo Art. 44 da Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS).

Trata-se, portanto, de aplicação prática do seguinte princípio previsto na Política Nacional de Resíduos Sólidos:

- (A) princípio do protetor-recebedor;
- (B) princípio do poluidor-pagador;
- (C) princípio da participação pública;
- (D) princípio da responsabilidade;
- (E) princípio da vedação ao retrocesso ambiental.

25

A coleta seletiva é um dos instrumentos da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), juntamente com os sistemas de logística reversa e outras ferramentas relacionadas à implementação da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos.

Sobre a coleta seletiva, é correto afirmar que:

- (A) é facultado aos planos municipais de gestão integrada de resíduos sólidos o estabelecimento de metas de redução, reutilização, coleta seletiva e reciclagem, entre outras, com vistas a reduzir a quantidade de rejeitos encaminhados para disposição final ambientalmente adequada;
- (B) o titular dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos priorizará a destinação de materiais reutilizáveis e recicláveis oriundos da coleta seletiva às indústrias recicladoras que apresentem proposta mais vantajosa economicamente;
- (C) são consideradas formas de coleta seletiva a coleta porta a porta, a coleta por pontos de entrega voluntária (PEVs) e as unidades de triagem de resíduos;
- (D) para a implementação adequada da coleta seletiva, é imprescindível a contínua prática de educação ambiental e mobilização social que promovam a conscientização de que a gestão integrada de resíduos sólidos urbanos inicia-se com o gerador em sua residência, por meio da adequada separação e acondicionamento dos resíduos;
- (E) dentre os desafios encontrados para a reciclagem, destacam-se o descarte incorreto dos materiais, a contaminação dos recicláveis e a prioridade legal conferida à incineração de resíduos.

Noções de Direito Administrativo

26

Na qualidade de servidor público federal estável, Manuel visa a defender, junto à Administração Pública Federal, interesse legítimo, que afeta interesse patrimonial, relativo a descontos que vêm sendo efetuados em sua remuneração, razão pela qual decidiu perquirir as normas previstas na Lei nº 8.112/1990 sobre o direito de petição.

Nesse contexto, é correto afirmar que:

- (A) o direito de requerer de Manuel prescreve no prazo de três anos, na medida em que se trata de questão que afeta o interesse patrimonial;
- (B) Manuel não poderá apresentar pedido de reconsideração à autoridade que houver expedido o ato ou proferido a primeira decisão;
- (C) o prazo para a interposição de pedido de reconsideração ou de recurso por Manuel é de até 10 (dez) dias úteis, a contar da publicação ou da ciência pelo interessado da decisão recorrida;
- (D) na hipótese de indeferimento do pedido de reconsideração de Manuel, caberá recurso, que poderá ser recebido com efeito suspensivo, a juízo da autoridade competente;
- (E) eventual requerimento ou recurso de Manuel deve ser encaminhado diretamente à autoridade competente para a decisão, independentemente do intermédio daquela a que estiver imediatamente subordinado.

27

Fernando, técnico judiciário do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, estava conversando com sua amiga Felícia, que é policial federal, acerca das peculiaridades da polícia administrativa em relação à polícia judiciária.

O técnico pontua corretamente que:

- (A) distinções entre polícia administrativa e polícia judiciária não existem, na medida em que o objeto e a finalidade de ambas são os mesmos;
- (B) as autoridades que exercem a atividade de polícia administrativa não podem adotar quaisquer medidas sem a determinação judicial pertinente;
- (C) ambas as polícias podem ter caráter preventivo ou repressivo, apesar de apresentarem peculiaridades;
- (D) apenas a polícia judiciária pode incidir sobre bens, na medida em que a administrativa recai sobre pessoas;
- (E) a polícia federal não tem atribuição de polícia judiciária, pois apenas exerce a de polícia administrativa.

28

Ao estudar as hipóteses de extinção do ato administrativo, Júlia verificou que há uma modalidade em que isso ocorre em razão da incompatibilidade do ato administrativo com outro posterior, tal como ocorre com a nomeação do servidor, que é extinta com a sua exoneração.

Tal modalidade de extinção corresponde a:

- (A) recusa;
- (B) renúncia;
- (C) anulação;
- (D) revogação;
- (E) contraposição.

29

Tendo em vista que o Tribunal Regional da 1ª Região necessita adquirir determinados produtos, com muita frequência, para o adequado exercício de suas atribuições constitucionais, as autoridades competentes estão verificando as normas atinentes ao sistema de registro de preços, à luz do disposto na Lei nº 14.133/2021, sendo certo que tais produtos são considerados bens comuns e que é viável a competição, por existirem diversos fornecedores.

Diante dessa situação hipotética, à luz do mencionado diploma legal, é correto afirmar que:

- (A) não é cabível a realização de licitação, por ser ela inexigível na situação descrita;
- (B) é cabível a realização de licitação, em qualquer das modalidades previstas na norma em comento, admissíveis na situação descrita;
- (C) não é cabível a realização de licitação, diante da possibilidade de escolha por qualquer das modalidades de contratação direta na situação descrita;
- (D) é cabível a realização de licitação, que deverá ser na modalidade pregão, que é a pertinente para a situação descrita;
- (E) não é cabível a realização de licitação, por ser ela dispensável, em essência, na situação descrita, independentemente do valor contrato ou do objeto a ser contratado.

30

Diante do incremento de seu patrimônio e do receio de levantar suspeitas sobre a origem lícita dos valores acrescidos, que foram declarados em seu imposto de renda, Josefina se recusou, de forma expressa, a apresentar a respectiva declaração de bens atinente dentro do prazo determinado pela Administração.

Considerando a específica previsão acerca do tema, constante da Lei nº 8.429/1992, com a redação conferida pela Lei nº 14.230/2021, a recusa de Josefina será apenada com a sanção de:

- (A) advertência;
- (B) demissão;
- (C) repreensão;
- (D) suspensão de 15 (quinze) dias, com prejuízo da remuneração;
- (E) suspensão por até 30 (trinta) dias, sem prejuízo da remuneração.

31

Acerca das normas atinentes ao sigilo das informações, da comunicação, da publicidade dos atos e das informações, bem como da imprensa oficial, nos termos em que dispõe o Código de Conduta dos servidores da Justiça Federal – Resolução nº 147/2011, do Conselho da Justiça Federal, é correto afirmar que:

- (A) os servidores e gestores do Conselho e da Justiça Federal são proibidos de receber presentes, incluindo os brindes atribuídos por entidades a título de cortesia, por ocasião de eventos especiais ou datas comemorativas;
- (B) o servidor ou gestor do Conselho e da Justiça Federal que, por força de seu cargo ou de suas responsabilidades, tiverem acesso a informações do órgão em que atuam ainda não divulgadas não são obrigados a manter sigilo quanto ao seu conteúdo;
- (C) a comunicação entre os destinatários do Código ou entre esses e os órgãos governamentais, os clientes, os fornecedores e a sociedade deve ser indiscutivelmente clara, simples, objetiva e acessível a todos os legitimamente interessados;
- (D) os contatos com os órgãos de imprensa serão promovidos por quaisquer servidores e gestores do Conselho e da Justiça Federal, tribunais regionais federais e seções judiciárias;
- (E) é vedado aos servidores e gestores do Conselho e da Justiça Federal garantir a publicidade de seus atos e a disponibilidade de informações corretas e atualizadas que permitam o conhecimento dos aspectos relevantes da atividade sob sua responsabilidade.

32

As chamadas cláusulas exorbitantes correspondem às prerrogativas reconhecidas para a Administração Pública no âmbito dos contratos administrativos.

Acerca do aludido tema, com base na Lei nº 14.133/2021, é correto afirmar que:

- (A) a fiscalização do contrato não está expressamente consagrada no rol das cláusulas exorbitantes previstas no aludido diploma legal;
- (B) o fato do príncipe e o fato da Administração estão expressamente consagrados no rol das cláusulas exorbitantes previstas no aludido diploma legal;
- (C) a alteração unilateral do contrato não está expressamente consagrada no rol das cláusulas exorbitantes previstas no aludido diploma legal;
- (D) a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato está expressamente consagrada no rol das cláusulas exorbitantes previstas no aludido diploma legal;
- (E) a viabilidade de ocupar provisoriamente bens móveis e imóveis e utilizar pessoal e serviços vinculados ao objeto do contrato está expressamente consagrada no rol das cláusulas exorbitantes previstas no aludido diploma legal.

33

Para além dos princípios previstos expressamente no Art. 37, *caput*, da CRFB/1988, as normas que versam sobre direito administrativo costumam elencar outros princípios relacionados às respectivas matérias (setoriais), tal como se observa no Art. 2º da Lei nº 9.784/1999, que trata do processo administrativo, e no Art. 5º da Lei nº 14.133/2021, que trata de licitações e contratos. Nesse contexto, os princípios que NÃO estão no aludido dispositivo constitucional, mas que constam textualmente das referidas normas, são, respectivamente:

- (A) impessoalidade e vinculação ao edital;
- (B) segregação de funções e moralidade;
- (C) motivação e publicidade;
- (D) proporcionalidade e planejamento;
- (E) probidade administrativa e eficiência.

Noções de Direito Constitucional

34

O Art. 2º da Emenda Constitucional nº X, com o objetivo de aperfeiçoar o controle da qualidade dos direitos prestacionais oferecidos à coletividade, determinou a criação, por lei complementar, de um conselho nacional de natureza interfederativa, que seria responsável pelo referido controle.

Extrai-se do Art. 2º da Emenda Constitucional nº X uma norma de eficácia:

- (A) plena;
- (B) contida;
- (C) limitada, de princípio institutivo;
- (D) limitada, de natureza programática;
- (E) restringível, mas de exigência imediata.

35

Maria, servidora pública federal, foi condenada, em sentença transitada em julgado, pela prática de infração penal. No momento em que o regime de cumprimento da pena passou para o aberto, procurou se informar em relação aos atos que poderia, ou não, praticar enquanto estivesse cumprindo a pena.

Ao final, Maria concluiu corretamente que, na perspectiva das eleições para cargos dos Poderes Executivo e Legislativo:

- (A) não pode votar nem concorrer a cargo eletivo;
- (B) pode votar, mas não pode concorrer a cargo eletivo;
- (C) pode votar e concorrer apenas a cargos eletivos do Poder Executivo, não do Legislativo;
- (D) pode votar e concorrer a cargo eletivo, apenas não podendo deixar o distrito da culpa;
- (E) pode votar e concorrer apenas a cargos eletivos do Poder Legislativo, não do Executivo.

36

João tem um emprego público na área administrativa da sociedade de economia mista federal Alfa, que explora atividade econômica em sentido estrito. Acresça-se que Alfa não recebe recursos públicos para o pagamento de suas despesas de custeio. Ao analisar se, à luz da Constituição da República, poderia vir a ter, de modo simultâneo, outro emprego público em sociedade de economia mista, João concluiu corretamente que é:

- (A) vedada a acumulação pretendida;
- (B) permitida a acumulação, independentemente de qualquer condicionante;
- (C) vedada a acumulação, salvo se houver compatibilidade de horários na jornada de trabalho dos dois empregos;
- (D) permitida a acumulação, desde que a soma de ambas as remunerações não ultrapasse o teto constitucional;
- (E) permitida a acumulação, desde que as sociedades de economia mista estejam vinculadas a entes diversos.

37

Em determinada relação processual, o Tribunal Regional Federal X dispensou à lei federal interpretação diametralmente oposta àquela realizada pelo Tribunal Regional Federal Y. Ao tomar conhecimento desse fato, a parte, que não teve seus interesses atendidos pela interpretação realizada pelo Tribunal Regional Federal X, decidiu interpor o recurso cabível após o esgotamento da atividade jurisdicional por este último órgão.

A narrativa indica que a referida parte almeja que o seu recurso seja julgado pelo:

- (A) Supremo Tribunal Federal;
- (B) Conselho da Justiça Federal;
- (C) Superior Tribunal de Justiça;
- (D) Conselho Nacional de Justiça;
- (E) Turma de Uniformização de Jurisprudência.

38

João, especialista em gestão pública, foi consultado pela deputada federal Maria em relação ao modelo de gestão a ser adotado na seguridade social, o que iria subsidiar a elaboração de uma proposição legislativa que pretendia apresentar.

Foi corretamente informado a Maria que a referida gestão:

- (A) deve ser centralizada na União, de modo a assegurar a uniformidade do sistema;
- (B) será delimitada pelo Congresso Nacional, podendo ser centralizada ou descentralizada;
- (C) deve contar com a participação do governo e dos segurados do sistema nos órgãos colegiados;
- (D) deve contar com a participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do governo nos órgãos colegiados;
- (E) deve contar com a participação da sociedade civil, dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do governo nos órgãos colegiados.

39

Pedro, analista da Alfa e Ômega Consultoria e Realizações, foi consultado por uma sociedade empresária, com sede e operações na Suíça, em relação à existência, ou não, de óbice constitucional para que viesse a construir e a operar um moderno hospital no território brasileiro.

Ao responder à consulta, Pedro esclareceu corretamente que o objetivo almejado pela referida sociedade empresária:

- (A) é peremptoriamente vedado;
- (B) é peremptoriamente permitido;
- (C) não é disciplinado pela Constituição da República;
- (D) é permitido, mas a lei pode indicar as situações em que é vedado;
- (E) é vedado, mas a lei pode indicar as situações em que é permitido.

40

João, filho de Johan, alemão naturalizado brasileiro, e de Maria, espanhola naturalizada brasileira, nasceu quando seus pais se encontravam em solo belga a serviço da embaixada da França. Logo após alcançar a maioridade, ainda em solo belga, João consultou a Constituição da República Federativa do Brasil para verificar se teria a nacionalidade brasileira.

Ao fim de suas reflexões, João concluiu corretamente que:

- (A) é brasileiro nato;
- (B) é brasileiro naturalizado;
- (C) pode se naturalizar brasileiro caso comprove a residência no território brasileiro por um ano ininterrupto;
- (D) pode optar pela nacionalidade brasileira a qualquer tempo, desde que venha a residir no território brasileiro;
- (E) somente será considerado brasileiro nato se tiver sido registrado em repartição brasileira em solo belga.

Conhecimentos Específicos

41

VENCE_ONE é a organização que venceu a licitação, instaurada por um Tribunal Regional Federal, para desenvolvimento de uma solução de software na forma de aplicativo para dispositivos móveis. A VENCE_ONE deve entregar duas versões do aplicativo, com as mesmas funcionalidades, para os dois tipos de sistemas operacionais (SO) para dispositivos móveis indicados pelo Tribunal. Após a versão do aplicativo para um dos SOs a serem entregues, a VENCE_ONE fez as adequações necessárias para gerar o aplicativo na versão do outro SO.

Considerando a Análise de Pontos de Função (APF) e o Software Non Functional Assessment Process (SNAP), as ações de adaptação do aplicativo de um SO para outro devem ser classificadas para contagem/avaliação como:

- (A) Aplicação utilizando APF;
- (B) Projeto de Melhoria utilizando APF;
- (C) Múltiplas Plataformas utilizando SNAP;
- (D) Projeto de Manutenção utilizando APF e SNAP;
- (E) Aplicação após o projeto de melhoria utilizando SNAP.

42

O Departamento de Sistemas (DEPSIS) de uma organização executa parte de suas atividades com base no processo PCP (Projeto e Construção do Produto) do modelo MPS.BR (Melhoria de Processo do Software Brasileiro).

Com base no PCP do MPS.BR, o DEPSIS:

- (A) reutiliza e distribui componentes internos em parceria com terceiros;
- (B) identifica itens de configuração e estabelece seus níveis de controle;
- (C) estabelece baselines considerando entregáveis e liberações aos interessados;
- (D) define e revisa o plano do projeto, firmando compromisso com todas as partes interessadas;
- (E) realiza análise para decidir sobre construção, compra ou reutilização de componentes para o produto.

43

Os dados dos funcionários de uma grande organização são utilizados por diferentes sistemas que foram implementados em diferentes momentos da sua história. A Figura I apresenta os dados armazenados em um banco dados (BD) relacional e a Figura II apresenta os dados armazenados em um BD semiestruturado. Em ambos os BDs, “matricula” é utilizado como identificador único do funcionário, e ambos representam o estado dos dados no primeiro dia de junho de 2024.

Figura I:

matricula	nome	nascimento	idade
123-4	Ana Maia	1980-03-12	43
456-7	Bia Noé	1999-04-01	25
789-0	Pedro Silva	2002-05-23	21

Figura II:

```
[
  {"matricula": "123-4",
   "nome": "Ana",
   "sobrenome": "Maia",
   "nascimento": "1980-03-12"},
  {"matricula": "456-7",
   "nome": "Bia",
   "sobrenome": "Noé",
   "nascimento": "1999-04-01"},
  {"matricula": "789-0",
   "nome": "Pedro",
   "sobrenome": "Silva",
   "nascimento": "2002-23-05"}
]
```

Domínios para Figuras I e II:

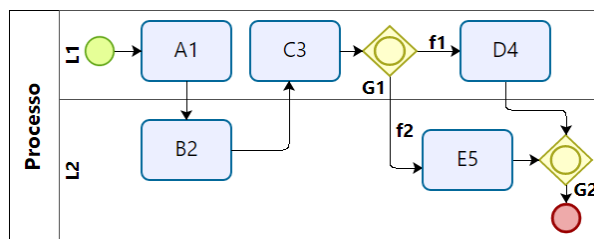
- matricula: string
- nome: string
- sobrenome: string
- nascimento: data (aaaa-mm-dd)
- idade: numérico

Considerando as dimensões da qualidade para dados previstas no DAMA-DMBOK 2ª edição, os dados dos funcionários acima representados possuem:

- (A) validity (validade);
- (B) privacy (privacidade);
- (C) timeliness (oportunidade);
- (D) consistency (consistência);
- (E) uniqueness (singularidade).

44

Gabriela está usando a notação BPMN 2.0 (Business Process Model and Notation) para modelar os processos de negócio que serão atendidos por um novo sistema de informação. Observe o diagrama criado por ela.

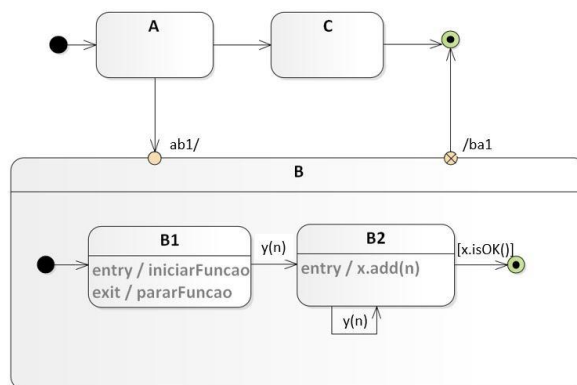


Gabriela utilizou o elemento gateway "G1" para:

- (A) criar caminhos alternativos, sem paralelismos, dentro de um fluxo de processo;
- (B) indicar que cada fluxo de sequência receberá um token sem depender da avaliação da condição;
- (C) capturar a ocorrência de eventos que determinarão a execução dos fluxos de sequência;
- (D) determinar que o fluxo a ser percorrido está condicionado ao recebimento de uma mensagem;
- (E) criar caminhos alternativos, mas também paralelos, quando mais de uma expressão for avaliada como verdadeira.

45

Observe o diagrama de máquina de estados modelado em UML 2.5.1 para uma instância de classe.



O diagrama de máquinas de estado de comportamento representa que a transição:

- (A) externa do estado A para B ocorre em paralelo à transição de A para C;
- (B) completa para o estado B requer execução dos comportamentos de duas regiões;
- (C) local de B1 no estado composto B indica que o comportamento de entrada do estado B1 não é executado;
- (D) interna no estado B2 indica que nenhum comportamento de saída ou entrada é executado quando essa transição ocorre;
- (E) para o fim do ciclo de vida da instância de classe modelada depende do comportamento de saída do estado C da máquina de estados.

46

O Time de Inovação Digital (TID) de uma organização está utilizando Lean Inception para iniciar um novo projeto o mais rápido possível, entregando aos usuários um produto que agregue valor. O TID já descobriu quais features (recursos) o produto do projeto deve atender.

Considerando que as descrições das features são e devem ser simples, o TID deve:

- (A) prototipar telas (canvas) para as features;
- (B) definir colaborativamente a visão do produto;
- (C) avaliar as features em termos de esforço, valor e incertezas;
- (D) associar as features para cada combinação de objetivo e persona;
- (E) registrar as certezas sobre as features e descartar as features com incertezas.

47

O Departamento de Capacitação (DECAP) é responsável pela gestão do aprimoramento profissional dos colaboradores de uma determinada organização. O DECAP, que planeja, coordena e executa treinamentos, está aplicando Kanban como método de gerenciamento de seu processo de trabalho.

O DECAP estabeleceu um Work in Progress Limit (WIP Limit) na gestão de seu processo de negócio visando a:

- (A) associá-lo a práticas ágeis de entrega contínua;
- (B) planejar e iniciar mais treinamentos em menos tempo;
- (C) criar um equilíbrio entre demanda e capacidade ao longo do tempo;
- (D) identificar os treinamentos que ultrapassam o limite estabelecido;
- (E) definir o período máximo de tempo que uma etapa do processo deve durar.

48

O Departamento de Desenvolvimento de Sistemas do TRF-1 automatizou seus processos de negócio utilizando bancos de dados em que era necessário definir o esquema *a priori*. Com isso, as evoluções do sistema se tornaram custosas. Para contornar esse problema, o Departamento está projetando a evolução dos seus sistemas para utilizar um banco de dados que permita a definição do esquema *a posteriori* conforme o dado chega, independentemente da sua estrutura.

Para isso, o Departamento deve incluir no Planejamento de TI a aquisição de um banco de dados:

- (A) OLAP;
- (B) Relacional;
- (C) Indexado;
- (D) Matricial;
- (E) Orientado a grafo.

49

Após desenvolver seu banco de dados analíticos e disponibilizar algumas interfaces de consulta, o Departamento de Tecnologia da Informação (DTI) recebeu diversas demandas para implementar painéis com métricas e indicadores de desempenho e também com algumas séries temporais como, por exemplo, histórico de indexação de processos, taxa de congestionamento, etc.

Para isso, o DTI deve-se implementar um:

- (A) data mart;
- (B) dashboard;
- (C) barramento de dados;
- (D) controle de concorrência;
- (E) repositório de metadados.

50

Para apoiar a decisão em diversos níveis de gestão, o Departamento de Tecnologia da Informação (DTI) identificou a necessidade de desenvolver um banco de dados centralizado com informações oriundas de diversos outros bancos de dados. Além disso, o banco deve ser orientado a assunto, não volátil e histórico.

Para isso, a DTI deve implementar um(a):

- (A) Log;
- (B) Grafo;
- (C) Banco NoSQL;
- (D) Data Warehouse;
- (E) Regra de associação.

51

Depois de acumular grande volume de dados históricos, os analistas do TRF1 querem descobrir neles padrões que permitam estimar eventos futuros, como quantidade e tipos de novos processos ao longo de intervalos de tempo anuais (por exemplo: pós recesso de final de ano).

Para isso, os Analistas devem implementar:

- (A) um data mining;
- (B) chaves primárias;
- (C) índices compostos;
- (D) um modelo multidimensional;
- (E) um banco de dados semiestruturado.

52

Durante uma análise minuciosa do tráfego de rede, um engenheiro de redes observou que um dos switches recebeu um quadro Ethernet 802.1Q. Ao inspecionar o quadro, ele identificou que um dos campos continha o valor hexadecimal 0x8100.

O campo do quadro Ethernet que invariavelmente possui esse valor é o(a):

- (A) indicador de formato canônico;
- (B) prioridade que determina as principais VLANs;
- (C) prioridade que não tem nenhuma relação com VLAN;
- (D) ID de protocolo de VLAN, sendo esse valor maior que 1500;
- (E) ID de protocolo de VLAN, sendo esse valor menor que 1500.

53

A estratégia nacional de tecnologia da informação e comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD) estabelece que o índice de governança e gestão de tecnologia da informação e comunicação (iGovTIC-JUD) deve ser avaliado periodicamente.

Uma das referências para elaboração dos temas a serem avaliados no iGovTIC-JUD é a Norma ABNT NBR ISO/IEC 38500:2018.

Dentre os temas avaliados com base nessa norma, consta a adequação da área de tecnologia da informação às leis e regulamentos obrigatórios.

O princípio para a boa governança de TI avaliado por esse tema é:

- (A) aquisição;
- (B) conformidade;
- (C) desempenho;
- (D) estratégia;
- (E) responsabilidade.

54

Para consecução dos objetivos da estratégia nacional de tecnologia da informação e comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD), os órgãos do Poder Judiciário deverão elaborar o plano:

- (A) anual de contratações para elencar as ações que estarão alinhadas ao planejamento estratégico institucional;
- (B) de gestão de continuidade de negócios para elencar as linhas estratégicas de atuação da área de tecnologia da informação;
- (C) de transformação digital para elencar as ações de transformação digital de serviços, integração de canais digitais e estratégia de monitoramento;
- (D) estratégico de tecnologia da informação para estabelecer estratégias e planos de ação que garantam o funcionamento dos serviços essenciais quando da ocorrência de falhas;
- (E) diretor de tecnologia da informação para desenvolver as competências gerenciais e técnicas necessárias à operacionalização da governança, gestão e atualização tecnológica da área de tecnologia da informação.

55

O TRF1, alinhado com a estratégia nacional de tecnologia da informação e comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD), instituiu seu comitê de governança de tecnologia da informação e comunicação.

O comitê de governança tem o objetivo de:

- (A) promover ações de transparência, responsabilidade e prestação de contas;
- (B) acompanhar o andamento das iniciativas estratégicas, bem como seus desdobramentos;
- (C) planejar, priorizar e monitorar as contratações de tecnologia da informação e comunicação;
- (D) monitorar a execução orçamentária e financeira de tecnologia da informação e comunicação;
- (E) analisar, organizar e estruturar o atendimento das demandas de tecnologia da informação e comunicação.

56

A Norma ABNT NBR ISO/IEC 27001:2022 recomenda que as organizações estabeleçam e apliquem um processo de tratamento de riscos de segurança da informação para:

- (A) preparar um plano diretor de tecnologia da informação;
- (B) obter da alta gestão a aprovação dos riscos do plano de tratamento de riscos;
- (C) elaborar uma declaração de aplicabilidade que contenha os controles avançados de segurança da informação;
- (D) determinar os controles que são necessários para implementar as opções escolhidas do tratamento de riscos de segurança da informação;
- (E) selecionar, de forma apropriada, as opções de tratamento dos riscos da segurança da informação levando em consideração os requisitos da alta gestão.

57

A Norma ABNT NBR ISO/IEC 27002:2022 orienta que as informações sejam classificadas de acordo com as necessidades de segurança da informação da organização.

De acordo com essa norma, na classificação da informação devem-se considerar os requisitos de:

- (A) confiabilidade, integridade, disponibilidade e os que sejam relevantes para a alta gestão;
- (B) confidencialidade, integridade, autenticidade e os que sejam relevantes para as partes interessadas;
- (C) confiabilidade, integridade, autenticidade e os que sejam relevantes para as partes interessadas;
- (D) confidencialidade, integridade, disponibilidade e os que sejam relevantes para as partes interessadas;
- (E) confiabilidade, integridade, disponibilidade e os que sejam relevantes para a área de tecnologia da informação.

58

A estratégia nacional de segurança da informação e cibernética do Poder Judiciário (ENSEC-PJ) estabelece que cada tribunal, com exceção do STF, deverá estabelecer, em sua política de segurança da informação, ações para:

- (A) criar controles para o tratamento de informações sem restrição de acesso;
- (B) utilizar os recursos de soluções de anonimização, ampliando o uso de assinatura eletrônica;
- (C) comunicar e articular as ações de segurança da informação com a área de tecnologia;
- (D) promover treinamento contínuo e certificação internacional dos profissionais formados na área de segurança cibernética;
- (E) estabelecer requisitos mínimos de segurança cibernética nas contratações e nos acordos que envolvam a comunicação com outros órgãos.

59

As estratégias de negócio do TRF1 são explicitadas por meio de um documento que representa um instrumento de planejamento global, abrangendo todas as áreas que formam a organização.

Esse documento, de nível estratégico, que determina as políticas e estratégias que governam a organização e definem os objetivos a serem alcançados, é o plano:

- (A) de gestão de riscos;
- (B) anual de contratações;
- (C) estratégico institucional;
- (D) de transformação digital;
- (E) diretor de tecnologia da informação e comunicação.

60

O *framework* COBIT® 2019 estabelece que um sistema corporativo de governança para informação e tecnologia deve ser construído a partir de vários componentes que podem ser de diferentes tipos e trabalhar juntos.

Esse princípio do sistema de governança do COBIT é o(a):

- (A) abordagem holística;
- (B) valor das partes interessadas;
- (C) governança distinta da gestão;
- (D) sistema dinâmico de governança;
- (E) sistema de governança de ponta a ponta.

61

O modelo central do COBIT® 2019 (*Core Model*) estabelece objetivos de governança e de gestão.

Segundo o COBIT, quando o TRF1 avalia as opções estratégicas, direciona a alta gerência e monitora o alcance da estratégia, atua de acordo com o seguinte objetivo de governança:

- (A) alinhar, planejar e organizar (*align, plan and organize* - APO);
- (B) entregar, servir e suportar (*deliver, service and support* - DSS);
- (C) avaliar, dirigir e monitorar (*evaluate, direct and monitor* - EDM);
- (D) monitorar, avaliar e analisar (*monitor, evaluate and assess* - MEA);
- (E) construir, adquirir e implementar (*build, acquire and implement* - BAI).

62

Durante o processo de tratamento de riscos de segurança da informação, na lista de riscos priorizados, identificou-se a possibilidade de entrada de dados de fonte não confiável nos computadores conectados à rede computacional do TRF1.

A partir da lista de ameaças identificadas, decidiu-se que a utilização de dispositivos móveis seria bloqueada nos computadores do TRF1.

Segundo a norma ABNT NBR ISO/IEC 27005:2023, a opção de tratamento desse risco foi:

- (A) reter o risco;
- (B) evitar o risco;
- (C) aceitar o risco;
- (D) modificar o risco;
- (E) compartilhar o risco.

63

A análise SWOT é uma ferramenta de gestão muito utilizada, inclusive quando da elaboração do plano diretor de tecnologia da informação e comunicação (PDTIC).

Ao realizar a análise SWOT para o planejamento de tecnologia da informação e comunicação (TIC), a equipe de elaboração do PDTIC deverá considerar que:

- (A) a análise deve ser realizada com enfoque no uso e gestão organizacional;
- (B) os problemas e oportunidades identificados serão registrados no plano de gestão de riscos;
- (C) as ameaças identificadas no ambiente externo deverão ser tratadas no inventário de necessidades;
- (D) o ambiente interno é aquele no qual a área de TIC possui governança e pode agir sobre as ameaças identificadas;
- (E) o ambiente externo é aquele no qual a área de TIC está inserida e sobre o qual não possui governança, mas do qual sofre influência.

64

A ABNT NBR ISO/IEC 27002:2022 orienta que seja estabelecida uma política sobre cópias de segurança (*backup*) com o propósito de permitir a recuperação em caso de perda de dados ou sistemas.

No que se refere às boas práticas sobre a realização do *backup*, a política de *backup* deve considerar:

- (A) o estabelecimento de testes regulares para garantir a confidencialidade do *backup*;
- (B) a utilização do tipo de *backup* incremental para possibilitar a recuperação rápida das informações;
- (C) a padronização da tecnologia de *backup* utilizada para a organização, mantendo uma solução única;
- (D) o armazenamento do *backup* em local remoto e seguro, para escapar de qualquer dano causado por um desastre no local principal;
- (E) a utilização do tipo de *backup* diferencial para salvaguardar os dados novos e modificados desde o último *backup* incremental e reduzir o espaço de armazenamento.

65

O modelo de governança e gestão da plataforma digital do Poder Judiciário (PDPJ-Br) estabelece condições para que soluções possam ser integradas à PDPJ-Br.

Para o TRF1 integrar uma nova solução à PDPJ-Br, essa solução deve:

- (A) dispor de planos de contratação, segurança e contingência;
- (B) sobrepor-se às soluções já existentes na estrutura principal da plataforma;
- (C) dispor de autonomia para ser modificada e adaptada, bem como para criar derivações;
- (D) proporcionar dependência compulsória de componentes licenciados para o funcionamento das aplicações a serem integradas;
- (E) integrar-se à arquitetura definida na Plataforma, consumindo e disponibilizando dados e mensagens de acordo com os padrões e especificidades do TRF1.

66

A plataforma digital do Poder Judiciário (PDPJ-Br) seguirá o modelo arquitetural de microsserviços.

No âmbito da PDPJ-Br, o Conselho Nacional de Justiça provê um(a):

- (A) escritório de projetos para desenvolver microsserviços;
- (B) série de microsserviços denominados módulos comerciais;
- (C) série de microsserviços denominados módulos de integração;
- (D) líder técnico para aprovar a inclusão de novos projetos na plataforma;
- (E) lista de projetos em andamento, concluídos e pendentes de serem integrados à PDPJ-Br.

67

As diretrizes para contratações de soluções de tecnologia da informação e comunicação (STIC) pelos órgãos submetidos ao controle administrativo e financeiro do Conselho Nacional de Justiça estabelecem as fases que as contratações de STIC devem seguir.

De acordo com essas diretrizes, na fase de gestão do contrato, o:

- (A) papel de fiscal técnico pode ser acumulado com o papel de fiscal administrativo;
- (B) papel de gestor do contrato pode ser acumulado com o papel fiscal administrativo;
- (C) gestor do contrato poderá indicar fiscais auxiliares de campo visando à compartimentação da fiscalização;
- (D) fiscal administrativo deverá ser indicado pela autoridade da área de TIC, salvo em situações excepcionais, devidamente justificadas;
- (E) integrante da equipe de gestão de contratos deve ter ciência expressa da sua indicação e da sua atribuição antes de ser formalmente designado.

68

Nas contratações de soluções de tecnologia da informação e comunicação (STIC), o documento de formalização da demanda deverá conter:

- (A) descrição completa do objeto;
- (B) justificativa da finalidade da contratação;
- (C) data pretendida para recebimento da solução a ser contratada;
- (D) nome da área requisitante ou técnica com a identificação do responsável;
- (E) estimativa final do valor a ser contratado, por meio de procedimento completo.

69

Durante o processo de elaboração da análise de impacto de negócios (BIA), verificou-se que uma atividade crítica "X" pode ficar interrompida por no máximo 48 horas e que a atividade crítica "Y" pode ficar interrompida por no máximo 24 horas.

Sabendo que a atividade crítica "Y" não pode ser recuperada sem o emprego da atividade crítica "X", o tempo real de recuperação (RTO) da atividade crítica:

- (A) "X" é de 24 horas;
- (B) "X" é de 48 horas;
- (C) "X" é de 72 horas;
- (D) "Y" é de 48 horas;
- (E) "Y" é de 72 horas.

70

A analista Luísa foi designada como responsável pelo acompanhamento de todo o ciclo de vida de um produto (software).

Sobre o ciclo de vida do produto, é correto afirmar que:

- (A) finaliza com a entrega do produto;
- (B) é similar ao ciclo de vida de um projeto;
- (C) possui escopo bem definido antecipadamente;
- (D) o seu sucesso é medido pela qualidade, prazos e orçamento;
- (E) é similar ao ciclo de vida de programas de longa duração.

71

O analista Pedro foi designado para fiscalizar o contrato de implantação de um projeto de elevada complexidade. Ao iniciar a leitura do contrato, Pedro teve grande dificuldade de identificar todas as entregas previstas no documento.

Nesse contexto, a ferramenta de gerenciamento de projetos, prevista no PMBOK 7ª edição, que Pedro pode empregar para identificar as entregas e facilitar o controle da execução contratual é o(a):

- (A) organograma do projeto;
- (B) organograma do contrato;
- (C) estrutura analítica do projeto;
- (D) tabela de controle de entregas;
- (E) tabela de controle de requisitos.

72

A analista Cristina, responsável pelo departamento de TI do TRF1, trabalha para garantir que todos os sistemas operacionais suportem eficientemente as operações diárias. Durante um projeto de migração de dados para a nuvem, um dos servidores principais enfrentou um risco significativo de falha devido a problemas de conectividade. Cristina, preocupada com o impacto potencial nas operações da instituição, precisou tomar medidas rápidas para mitigar esse risco.

De acordo com a ITIL 4, o papel do prestador de serviços em relação aos riscos impostos ao consumidor é:

- (A) minimizar os custos operacionais do consumidor;
- (B) reduzir ativamente os riscos provenientes do serviço para o consumidor;
- (C) limitar a participação do consumidor na definição dos requisitos do serviço;
- (D) contribuir com o gerenciamento das informações pertinentes e comunicação ao consumidor;
- (E) comunicar claramente os fatores críticos de sucesso (FCS) e as restrições que se aplicam ao serviço.

73

Como parte de um projeto estratégico, o analista Diego foi designado para desenvolver a oferta de serviços de TI do TRF1.

Diego elaborou uma apresentação para mostrar à sua equipe, na qual incluiu a definição de oferta de serviços de acordo com a ITIL 4, que é:

- (A) a quantidade de serviços disponíveis para uso em um determinado mercado;
- (B) a descrição de um ou mais serviços destinados a atender às necessidades de um grupo específico de consumidores;
- (C) a disponibilidade de recursos físicos e financeiros para expandir um negócio de serviços;
- (D) a estratégia de precificação utilizada para atrair consumidores para um serviço específico;
- (E) o nível de satisfação dos clientes após a utilização de um serviço prestado.

74

O gerente de recursos humanos está organizando uma atividade institucional que contará com a presença de familiares dos servidores do órgão.

Para fins de controle de acesso e organização do evento, será necessário registrar o nome, idade e CPF de todos.

Além disso, a atividade contará com o apoio da equipe de marketing, que divulgará, após o seu término, uma notícia com fotos do evento na página de Internet da instituição.

O gerente de recursos humanos solicita ao encarregado pelo tratamento de dados pessoais que o oriente sobre como proceder para coletar dados pessoais de crianças que venham a participar do evento.

O encarregado esclarece corretamente que, nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, deverá ser solicitado o consentimento:

- (A) expresso e em destaque, dado pelo responsável legal;
- (B) expresso e em destaque, dado por ambos os pais ou responsável legal;
- (C) específico e em destaque, dado pelo servidor que acompanhará a criança no evento;
- (D) expresso e em destaque, dado por pelo menos um dos pais ou responsável legal;
- (E) específico, em destaque, dado por pelo menos um dos pais ou responsável legal.

75

A política de segurança da cibernética do Poder Judiciário (PSEC-PJ) tem por finalidade prover princípios, objetivos e instrumentos capazes de assegurar a segurança cibernética no Poder Judiciário.

Dentre os instrumentos da PSEC-PJ, foi instituído o protocolo de gerenciamento de crises cibernéticas no âmbito do Poder Judiciário (PGCC-PJ).

Considerando o previsto na PSEC-PJ e no PGCC-PJ, ações responsivas devem ser colocadas em prática quando:

- (A) um incidente de segurança impactar o processo judicial eletrônico;
- (B) o computador de um analista judiciário do TRF1 for contaminado por vírus;
- (C) a mídia noticiar o comprometimento de credenciais de acesso de um sistema descontinuado;
- (D) o servidor de arquivos de backup do TRF1 ficar em manutenção por dois dias consecutivos;
- (E) a contratação do serviço da nuvem nacional da plataforma digital do Poder Judiciário brasileiro atrair grande atenção da mídia e da população em geral.

76

A plataforma digital do Poder Judiciário brasileiro (PDPJ-Br) foi criada com o objetivo integrar e consolidar todos os sistemas eletrônicos do Judiciário brasileiro em um único ambiente unificado.

Para tanto, a PDPJ-BR adota soluções que abrangem o conceito de computação em nuvem.

A PDPJ-Br poderá ser provida por um serviço de computação em nuvem fornecido por uma empresa privada, desde que:

- (A) o armazenamento dos dados ocorra em datacenter abrigado na sede da empresa contratada;
- (B) atenda aos requisitos de disponibilidade, de escalabilidade, de redundância e de criptografia;
- (C) permita o compartilhamento não oneroso do código-fonte dos artefatos que venham a ser hospedados na nuvem;
- (D) permita a mensuração de uso dos recursos da nuvem conforme critérios pactuados pela empresa contratada;
- (E) possibilite a conformidade com as normas técnicas e outras estabelecidas em ato próprio do coordenador do comitê gestor de segurança da informação do Poder Judiciário.

77

João, agente público federal competente, deu ordem de parada a um veículo automotor que transitava em excesso de velocidade no interior do estado do Pará. Realizado o exame de alcoolemia (teste do bafômetro), constatou-se que o condutor havia ingerido grande quantidade de álcool, dando azo à caracterização de crime previsto no Código de Trânsito Brasileiro. Dessa forma, João solicitou ao condutor dez mil reais para liberá-lo, proposta aceita imediatamente e operacionalizada por meio de transferência bancária.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, João responderá pelo(s) crime(s) de:

- (A) corrupção passiva e corrupção ativa, em concurso;
- (B) concussão e corrupção passiva, em concurso;
- (C) corrupção passiva;
- (D) corrupção ativa;
- (E) concussão.

78

Luiz encontra-se preso, preventivamente, em um presídio federal de segurança máxima. Em razão de uma falha nos procedimentos de segurança do estabelecimento, João logrou êxito em fugir, sem auxílio de terceiros e sem empregar violência ou grave ameaça contra pessoa. Contudo, quando estava a dez metros do muro externo da penitenciária, dois policiais penais de plantão conseguiram capturá-lo, sem qualquer tipo de resistência.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, é correto afirmar que Luiz:

- (A) não responderá por qualquer crime, pois a legislação tipifica, apenas, a fuga consumada do preso, não verificada no caso apresentado;
- (B) não responderá por qualquer crime, em razão da atipicidade formal da conduta;
- (C) responderá pelo crime de fuga de pessoa presa, na modalidade consumada;
- (D) responderá pelo crime de fuga de pessoa presa, na modalidade tentada;
- (E) responderá pelo crime de arrebatamento de preso.

79

Um particular se encaminhou à sede do Departamento de Trânsito (DETRAN) do estado Alfa com o objetivo de realizar a vistoria do seu veículo automotor. Contudo, em razão das diversas irregularidades constatadas, o automóvel não passou no exame conduzido pelo servidor Caio, que ocupa um cargo público junto ao DETRAN. Dessa forma, Matheus, despachante que presenciou os fatos, se aproximou do particular e solicitou dois mil reais, para si, a pretexto de influir e reverter a decisão tomada pelo agente público.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, Matheus responderá pelo crime de:

- (A) advocacia administrativa;
- (B) exploração de prestígio;
- (C) favorecimento pessoal;
- (D) tráfico de influência;
- (E) patrocínio infiel.

80

Após o recebimento de uma intimação por parte da Polícia Federal, Fabiano compareceu à sede da instituição, sendo informado pela autoridade policial da existência de um inquérito policial em curso, no qual ele seria ouvido na qualidade de testemunha. Durante o depoimento, gravado em áudio e vídeo, Fabiano, em diversas ocasiões, calou a verdade sobre fatos juridicamente relevantes, embora não tenha feito afirmações falsas.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, é correto afirmar que Fabiano:

- (A) não responderá por qualquer crime, já que, apesar de ter calado a verdade, não fez uso de afirmações falsas;
- (B) não responderá por qualquer crime, já que calou a verdade em inquérito policial, e não em processo judicial;
- (C) responderá pelo crime de favorecimento real;
- (D) responderá pelo crime de fraude processual;
- (E) responderá pelo crime de falso testemunho.

Prova Discursiva

Como a tecnologia pode ajudar no Direito?

A tecnologia está remodelando profundamente a advocacia, e a inovação tornou-se uma palavra-chave no cenário jurídico moderno. Assim, à medida que os avanços tecnológicos aceleram, os advogados enfrentam a necessidade de adotar novas ferramentas e abordagens para permanecerem competitivos e eficazes.

De que modo você vê a convivência das novas tecnologias com o exercício da advocacia? Diga o que pensa em um texto dissertativo-argumentativo, em linguagem culta, dando especial destaque aos argumentos apresentados.

Valor: 20 pontos

Mínimo de 15 e máximo de 20 linhas.

1

5

10

15

20

RASCUNHO

RASCUNHO

RASCUNHO

Realização

